



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **17 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 1 de setembro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Orçamento ignora rigor fiscal; mínimo vai a R\$ 619 VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Investimentos em 2012 podem chegar a R\$ 165,3 bilhões VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo prevê mínimo de R\$ 619,21 em 2012 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO Dólar tem a maior alta mensal em mais de 1 ano VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO Investimentos caem no Orçamento de 2012 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
FOLHA DE SÃO PAULO Produção industrial cresce 0,5%, mas desempenho em 12 meses cai VEICULAÇÃO NACIONAL	8
FOLHA DE SÃO PAULO Incentivo em fibra óptica exigirá contrapartida VEICULAÇÃO NACIONAL	9
FOLHA DE SÃO PAULO Empresa de Rondônia leva multa de R\$ 2 milhões por agrotóxicos VEICULAÇÃO NACIONAL	10
O GLOBO Fundo cambial foi a melhor aplicação no mês que marcou a piora da crise VEICULAÇÃO NACIONAL	11
O GLOBO Dilma quer taxa de juros real entre 2% e 3% VEICULAÇÃO NACIONAL	12
O GLOBO Estagnação na indústria continua no 2º semestre VEICULAÇÃO NACIONAL	13
O GLOBO Mantega pede a Congresso que espere até 5 de outubro para votar royalties VEICULAÇÃO NACIONAL	15
O GLOBO Senado aprova lei que amplia ação dos Correios VEICULAÇÃO NACIONAL	16
PORTAL DA AMAZÔNIA Embaixador da Turquia anuncia interesse de investidores turcos no PIM VEICULAÇÃO NACIONAL	17
VALOR BC surpreende o mercado e corta taxa básica de juro em 0,5 ponto VEICULAÇÃO NACIONAL	18
VALOR Exportação e importação batem recorde VEICULAÇÃO NACIONAL	20
BRASIL ECONÔMICO-SP Orçamento prevê superávit de R\$ 139,8 bi em 2012 VEICULAÇÃO NACIONAL	22

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Orçamento ignora rigor fiscal; mínimo vai a R\$ 619		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A proposta do governo para o Orçamento de 2012, anunciada ontem, contraria o prometido endurecimento da política fiscal. O texto afrouxa os gastos, ao reduzir a meta de resultado das contas públicas de R\$ 139,8 bilhões para R\$ 114,2 bilhões. Não há previsão de maior poupança do governo, uma vez que as despesas crescerão 9,8%, enquanto as receitas subirão 8,9%. A proposta de orçamento prevê um aumento de 13,6% do salário mínimo, que passará dos atuais R\$ 545 para R\$ 619,21.

Orçamento de 2012 ignora rigor fiscal

Proposta apresentada ontem prevê aumento de quase 10% das despesas e de 9% das receitas; projeção para alta do PIB fica em 5%

Lu Aiko Otta e Edna Simão / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo anunciou ontem sua proposta para o Orçamento de 2012, que aponta na contramão de tudo o que foi dito nos últimos dias em relação ao endurecimento da política fiscal, para abrir espaço para a queda dos juros. A peça enviada ao Congresso Nacional afrouxa os gastos, ao reduzir formalmente a meta de resultado das contas públicas do ano que vem de R\$ 139,8 bilhões para R\$ 114,2 bilhões.

Não há previsão de maior poupança do governo, uma vez que as despesas crescerão mais do que as receitas. O primeiro grupo aumentará 9,8% na comparação com 2011 e o segundo, 8,9%. Apesar dessas evidências, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, reafirmou o compromisso do governo com maior rigor no gasto público.

Ela disse que o Executivo procurará atingir a meta fiscal de R\$ 139,8 bilhões, embora conte com a possibilidade legal de fazer um resultado menor. E reconheceu a contradição. "Entendo que haja aparentemente esse sinal trocado", afirmou.

A redução de R\$ 25,6 bilhões da meta de resultado primário se dá pela previsão, na lei orçamentária, de que

será possível abater esse montante do total de despesas do governo, pelo fato de serem do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nos últimos dias, Miriam e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, vinham afirmando que o governo procuraria atingir a "meta cheia" em 2012. Ou seja, não lançaria mão do desconto do PAC.

Foi isso que Miriam reafirmou ontem. "Nosso horizonte é fazer a meta cheia", disse. Ela explicou que a possibilidade de abater o PAC está na proposta orçamentária apenas como uma margem de segurança, caso o cenário econômico piore. Seria uma precaução, "como faz a formiga, e não a cigarra". A ideia é repetir o desempenho de 2011: o governo fará a meta cheia, sem descontar os investimentos do PAC, embora haja a possibilidade de fazê-lo.

Mas, pelo fato de o Orçamento prever uma folga fiscal que o governo não pretende usar, o que vai ocorrer na prática é que, no início de 2012, será necessário contingenciar (bloquear) despesas no valor de R\$ 25,6 bilhões. A ministra admitiu essa possibilidade. "É essa a conta que fazemos", disse.

Otimismo. As contas de 2012, além disso, são baseadas numa premissa questionável: a de que a economia brasileira crescerá 5% no ano que vem. Essa estimativa infla a projeção de receitas e, assim, permite acomodar maior volume de despesas. Para que se confirme, porém, será necessário que o País acelere num quadro de retração da economia mundial. Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) terá uma expansão entre 4% e 4,5%, segundo tem afirmado Mantega.

Miriam explicou que o dado reflete "o momento que estamos vivendo". Ou seja, ela não incorpora a possibilidade de uma recessão nos Estados Unidos e na Europa. O dado, explicou, leva em conta o crescimento potencial do PIB brasileiro.

A proposta do Orçamento de 2012 é de R\$ 2,2 trilhões, dos quais R\$ 1,5 trilhão refere-se ao orçamento fiscal, R\$ 588 bilhões à seguridade social e R\$ 106,8 bilhões, aos investimentos das estatais. A peça incorpora

tudo o que o governo gastará no ano que vem, sendo a maior parte referente à rolagem da dívida pública.

Uma peça polêmica

R\$ 2,2 trilhões é o total do Orçamento federal previsto para o ano que vem, dos quais R\$ 1,5 trilhão relativo ao orçamento fiscal, R\$ 588 bilhões à seguridade

social e R\$ 107 bilhões a investimentos das empresas estatais.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Investimentos em 2012 podem chegar a R\$ 165,3 bilhões		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Governo Federal pretende investir R\$ 165,3 bilhões no ano que vem, sendo R\$ 106,8 bilhões das empresas estatais e R\$ 58,5 bilhões com recursos dos Ministérios. É um crescimento de 8,3% em comparação com este ano. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terá R\$ 111,3 bilhões, sendo R\$ 68,7 bilhões das estatais e R\$ 42,5 bilhões do chamado Orçamento Fiscal.

Foi reservado, ainda, R\$ 1,5 bilhão do orçamento de 2012 para atender, caso não seja revertida, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o parcelamento dos precatórios existentes em setembro de

2000 e daqueles decorrentes de ações que ingressaram na Justiça até dezembro de 1999.

Por outro lado, ao contrário do que tem acontecido nos últimos anos, não há previsão de recursos para ressarcimento dos Estados exportadores que perderam receitas com a Lei Kandir.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo prevê mínimo de R\$ 619,21 em 2012		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Reajuste do salário mínimo para o próximo ano foi calculado com base na soma da inflação acumulada de 2011 com o crescimento da economia em 2010

Edna Simão e Lu Aiko Otta / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A proposta de orçamento do Governo Federal prevê um aumento de 13,6% do salário mínimo no próximo ano. Com isso, o valor passará dos atuais R\$ 545 para R\$ 619,21. O aumento da despesa, em comparação com este ano, será de R\$ 21,5 bilhões. Ontem, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, entregou ao Congresso Nacional a proposta de orçamento para 2012, que prevê ainda reajuste localizado para os servidores públicos.

O salário mínimo de 2012 foi calculado com base na soma da estimativa de inflação acumulada de 2011 - de 5,7% - e o crescimento real da economia de 2010 - de 7,5%. Essa regra foi formalizada em fevereiro deste ano com a aprovação da Lei 12.382, que definiu que o reajuste do salário mínimo, até 2015, vai considerar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses, acrescido do crescimento da economia de dois anos antes.

A maior parte do impacto do salário mínimo (R\$ 21,5 bilhões) cairá nas contas da Previdência Social. A estimativa do governo é que o reajuste contribua com R\$ 13,2 bilhões no aumento do déficit com pagamento de aposentadorias e pensões dos trabalhadores da iniciativa privada. Para cada um real de elevação do mínimo, há uma ampliação de R\$ 177,6 milhões no rombo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Pelos parâmetros do orçamento de 2012, que considera uma expansão de 5,5% da economia brasileira entre os anos de 2013 e 2015, o salário mínimo deverá saltar para R\$ 676,18 em 2013; R\$ 741,94 em 2014; e R\$ 817,97 em 2015.

Outras pressões. Apesar do reajuste de 13,6% do mínimo no próximo ano, Miriam Belchior afirmou que outras categorias não terão o mesmo tratamento. Mesmo com as pressões, o aumento dos rendimentos dos servidores públicos será "localizado".

O Ministério do Planejamento reservou apenas R\$ 1,5 bilhão para esse fim.

Em mesas de negociação com servidores, a ministra tem ressaltado as dificuldades que o País enfrenta por conta do cenário de "repique" da crise internacional para liberar os aumentos salariais. Não há previsão, por exemplo, para elevação de salários no Poder Judiciário.

"Não faremos guerra com o Judiciário", disse a ministra do Planejamento. "Não está incluído (reajuste) no orçamento de 2012", acrescentou, destacando que foi criada uma comissão para que o Executivo e Judiciário discutam o assunto.

Verba, A ministra contou ainda que o orçamento do próximo ano terá apenas R\$ 1,65 bilhão para realização de concursos. O processo de seleção será basicamente para substituir os servidores terceirizados ou reforçar algumas áreas consideradas prioritárias pelo governo.

Esse é o caso do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que precisa de técnicos na área de Defesa Comercial para fazer o acompanhamento de denúncias de triangulação no comércio exterior.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Dólar tem a maior alta mensal em mais de 1 ano		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Moeda se valoriza 2,64% em agosto e tem 2ª melhor rentabilidade, atrás do ouro; Ibovespa, que encerrou o mês com queda de 3,96%, já perdeu 18,48% neste ano

Roberta Scrivano - O Estado de S.Paulo

Dólar com valorização de 2,64%. Índice da Bolsa de Valores de São Paulo com queda de 3,96%. Os dois resultados são relativos ao mês de agosto e mostram como o cenário externo turbulento afetou os investimentos no Brasil. De um lado, o **dólar**, que é visto como um porto seguro no mundo todo, encerra agosto com o seu melhor percentual de valorização mensal desde maio de 2010, quando a moeda subiu 4,48%. Do outro, as ações, que têm como essência o risco, se consolidam como o pior investimento do mês.

No ano, a Bovespa também assume a lanterna do ranking, com queda de 18,48%. O **dólar**, se analisado desde janeiro, registra desempenho negativo de 4,21%.

Os fatores externos que colaboraram para a configuração do ranking de agosto mês são: a aprovação do aumento do teto da dívida americana e o consequente rebaixamento do rating de crédito dos EUA pela agência Standard & Poor"s. Além disso, há as preocupações sobre a capacidade de pagamento das dívidas do governo da Itália e Espanha e o contágio de outros países da Europa.

"Esses acontecimentos deflagraram uma onda de pessimismo sobre o crescimento dos Estados Unidos e do resto do mundo. Daí, então, há o aumento da aversão ao risco", comenta Fábio Colombo, administrador de investimentos.

E são também por esses fatores que especialistas em finanças pessoais dizem que a tendência é de que o ranking dos investimentos continua por alguns meses com configuração semelhante a atual.

"Com a Bolsa como está, no entanto, surge uma oportunidade para a compra gradativa de ações", considera Rogério Bastos, diretor da consultoria FinPlan. Ele frisa, porém, que, quem sabe que precisará do dinheiro no curto prazo, não deve apostar na Bolsa. "De agora em diante, viveremos um tempo de fortes turbulências no **mercado** acionário. Portanto,

a Bolsa agora, mais do que nunca, é para o longo prazo", reforça o especialista.

O primeiro lugar do ranking de investimentos de agosto ficou com o ouro (alta de 7,93%). No ano, o metal já ganhou 15,83%. A modalidade não é recomendada para pequenos investidores. Mas a constatação de boa rentabilidade é **importante** já que, quando o metal precioso se valoriza, é mais uma comprovação de que a turbulência na economia mundial está intensa.

Conservadores. Os fundos de renda fixa registraram a terceira melhor rentabilidade de agosto, com alta de 0,94%. Os fundos DI aparecem na sequência, em quarto lugar, com ganho de 0,85%. Os Certificado de Depósito Bancário (CDBs) com aplicação maior do que R\$ 100 mil, renderam 0,76% em agosto e assumiram a quinta posição da listagem.

Bastos, da FinPlan, comenta que os fundos DI são os mais estáveis e os considera uma boa aplicação para quem tem algum dinheiro sobrando neste momento. "Os fundos de renda fixa podem ter alteração na rentabilidade se a taxa básica de juros (Selic) entrar em um ciclo de queda. Já os DI não sofrem alteração se a taxa for alterada."

Fábio Colombo lembra que, antes de escolher em qual fundo aplicar, é **importante** que o investidor cheque qual é a taxa de administração cobrada, que é descontada da rentabilidade.

Oportunidade

ROGÉRIO BASTOS

DIRETOR DA CONSULTORIA FINPLAN

"Com a Bolsa como está, surge uma oportunidade para a compra gradativa de ações."

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Investimentos caem no Orçamento de 2012		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O projeto do orçamento de 2012 que o governo Dilma Rousseff enviou ao Congresso prevê queda nos investimentos e aumento de despesas, puxado pelo reajuste do salário mínimo, que sobe em janeiro dos atuais R\$ 545 para estimados R\$ 619,21.

O total destinado ao PAC, R\$ 42,5 bilhões, perdeu R\$ 1 bilhão em relação ao valor proposto para este ano. O governo cortou recursos de rodovias, portos e da transposição do rio São Francisco. Orçamento das estatais também caiu.

Orçamento terá redução de investimento

Para 2012, governo tenta conciliar meta de austeridade da área econômica com pressão de aliados por gastos

Executivo recorre a projeções otimistas para crescimento da economia e arrecadação para fechar as contas

GUSTAVO PATU

LORENNA RODRIGUES

DE BRASÍLIA

O governo seguiu investimentos e ignorou a crise global ao fazer suas previsões para o crescimento econômico e a arrecadação de impostos, mas nem assim conseguiu assegurar o prometido aperto fiscal no projeto de Orçamento para 2012.

Enviado ao Congresso ontem, prevê aumento de despesas puxado pelo reajuste do salário mínimo, que em janeiro subirá de R\$ 545 para estimados R\$ 619,21 -o valor costuma ser arredondado para um múltiplo de cinco.

A proposta do Executivo tenta conciliar dois objetivos: demonstrar a austeridade que vem sendo pregada pela área econômica e, ao mesmo tempo, evitar queda drástica de gastos a ponto de elevar a tensão no relacionamento com partidos aliados.

A saída foi manter a previsão de crescimento da economia em 5% no próximo ano, enquanto a maior parte dos analistas de mercado já reduz projeções para abaixo de 4%.

Assim, foi possível estimar receitas até superiores aos recordes deste ano.

Com o otimismo na arrecadação, o Orçamento promete mais dinheiro para bandeiras do Planalto, como o programa de combate à miséria, e Ministérios controlados por partidos aliados, como Cidades. Deputados e senadores têm a prerrogativa de acrescentar despesas ao texto.

Mas foi preciso uma proposta mais modesta para investimentos, apesar do discurso oficial de prioridade a esse gasto, composto principalmente por obra pública.

O projeto prevê investimentos equivalentes a 1,29% do **PIB** (Produto Interno Bruto), abaixo do 1,34% da proposta original para 2011. Essas despesas costumam ter execução inferior à prevista: a estimativa para este ano já caiu para 1,08% do **PIB**.

ENCOLHIMENTO

Em alguns programas prioritários para o governo, o encolhimento é mais explícito. No Minha Casa, Minha Vida, os recursos foram reduzidos de R\$ 12,7 bilhões, na lei orçamentária deste ano, para R\$ 11,1 bilhões.

O total destinado ao **PAC** (Programa de Aceleração do Crescimento) ficou em R\$ 42,5 bilhões, R\$ 1 bilhão a menos do que o proposto originalmente para 2011. Perderam recursos rodovias, portos e a transposição do rio São Francisco.

Mesmo investimentos das estatais, a maior parte excluída das metas de ajuste fiscal, foram reduzidos: de R\$ 107,5 bilhões, no projeto deste ano, para R\$ 106,8 bilhões.

Devido ao aumento das despesas de custeio, porém, o Orçamento não garante a promessa de poupar o equivalente a 3% do **PIB** para o abatimento da dívida pública -que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, vem apresentando como condição para a redução dos juros.

O governo promete economia 1,6% do **PIB** que, somado aos resultados de Estados e municípios, permitirá superavit primário (economia para pagar a dívida) de 2,5% do **PIB**. A diferença em relação ao percentual prometido (no Orçamento) será coberta por R\$ 25,6 bilhões em gastos do PAC, que pela lei podem ser descontados da meta

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse, porém, que a intenção é cumprir integralmente a meta. Para isso, será necessário promover mais um bloqueio de gastos no início de 2012.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Produção industrial cresce 0,5%, mas desempenho em 12 meses cai		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DO RIO - Apesar da alta de 0,5% na passagem de junho para julho, o desempenho da indústria nos últimos meses evidencia uma desaceleração.

Com resultados oscilantes, a taxa acumulada nos últimos 12 meses recuou ao menor nível desde abril de 2010.

De agosto de 2010 a julho deste ano, a produção industrial brasileira acumula alta de 2,9%, se comparada aos 12 meses imediatamente anteriores. É a oitava desaceleração consecutiva, levando-se em conta a taxa em 12 meses.

Em novembro do ano passado, o índice era de 11,8%.

O ritmo da indústria ficou ainda mais fraco desde abril, quando a economia pisou no freio, influenciada por medidas do governo para conter a expansão mais acelerada e a consequente alta da inflação.

"O crescimento da produção vem sendo atenuado nos últimos meses. Está evidente o ritmo menos intenso", diz André Macedo, do IBGE. Em setores como o automotivo, de têxteis e de metalurgia básica.

O têxtil é agravado pela concorrência de importados, impulsionados pelo dólar baixo.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Incentivo em fibra óptica exigirá contrapartida		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

SOFIA FERNANDES

DE BRASÍLIA

O governo só vai desonerar a construção de redes de fibras ópticas para empresas que apresentarem um plano de construção de infraestrutura em regiões menos desenvolvidas - Norte e Nordeste.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou que sua pasta vai ser responsável por receber e fazer a habilitação das propostas. Vai encaminhar à Fazenda aquelas que se enquadram nas exigências.

A empresa, portanto, terá de se comprometer, antes de receber o incentivo, a construir redes em locais menos atrativos economicamente - regiões com menos infraestrutura para banda larga.

O modelo já funciona para o setor de energia, em que empresas são induzidas a construir redes em áreas mais remotas, afirmou Bernardo. O governo estima que deixará de arrecadar R\$ 4 bilhões com a desoneração.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Empresa de Rondônia leva multa de R\$ 2 milhões por agrotóxicos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Usados para o desmatamento ilegal, os herbicidas são poluentes

KÁTIA BRASIL

DE MANAUS

A empresária Márcia Corrente Teixeira, de Rondônia, foi multada em R\$ 2 milhões pelo Ibama por armazenar uma carga de quatro toneladas de agrotóxicos em área de floresta nativa no Estado do Amazonas.

A carga havia sido apreendida em junho deste ano. De acordo com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), os agrotóxicos seriam utilizados para desmatar uma área de até 4.000 hectares de floresta.

O uso de herbicidas na mata contamina os lençóis freáticos devido à infiltração no solo e oferece risco à fauna, à flora e à saúde humana.

Em outra ação, no mês de julho, o Ibama encontrou uma área de floresta amazônica, do tamanho de 180 campos de futebol, destruída pela ação de herbicidas. O responsável por esse crime ambiental ainda não foi identificado pelo órgão.

Márcia é mulher do comerciante Gilmar Teixeira, que, segundo o Ibama, já foi autuado cinco vezes por crimes como desmatamento ilegal e destruição de floresta.

As multas dele somam R\$ 24,3 milhões e estão em fase de contestação. A empresária, que foi autuada ontem, terá 20 dias para contestar a multa.

A reportagem não conseguiu localizar o casal nem seus advogados.

NOTAS FISCAIS

A carga de quatro toneladas de herbicidas foi encontrada em uma região de floresta desabitada às margens do rio Acari (afluente do Madeira), dentro da RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) do Juma, em Novo Aripuanã (AM).

A RDS fica no limite de uma fazenda de 4.100 hectares de propriedade de Gilmar Teixeira, segundo o Ibama. Por meio de notas fiscais emitidas por distribuidores de Porto Velho (RO) em nome de Márcia, o órgão constatou que ela adquiriu lotes dos produtos químicos Aminol 806, U46Br, Dominum, Assist e 2.4-D Amina 72.

A analista ambiental Sílvia Alves Carlos, chefe substituta da Divisão de Controle e Fiscalização do Amazonas, disse que os agrotóxicos, se dispersados sobre a floresta, poderiam destruir 4.000 hectares. "Foi evitado um grave crime ambiental", disse.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Fundo cambial foi a melhor aplicação no mês que marcou a piora da crise		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fundos FGTS-Petrobras e Vale tiveram fortes perdas com queda das ações

Bruno Villas Bôas

Vinicius Neder

Os fundos cambiais foram a melhor aplicação no turbulento mês de agosto, marcado pelo corte na nota de crédito dos Estados Unidos pela Standard & Poor's (S&P) e temores sobre o alastramento da crise nos países da zona do euro. Esses fundos, que aplicam a maior parte do patrimônio em **dólares** e euros, renderam 3,52% no mês até o dia 26, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos **Mercados** Financeiro e de Capitais (Anbima). Os investidores que colocaram dinheiro nos **mercados** de ações, no entanto, registraram grandes perdas no mês.

Quem destinou parte dos recursos do FGTS para ações da Petrobras e Vale, por exemplo, viu seu dinheiro encolher 15,56% e 12,90% no mês. O tombo é efeito das perdas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O Ibovespa, referência do **mercado**, caiu 3,96% no mês, o pior agosto em três anos. Os fundos de ações que acompanham o índice registraram perdas de 9,38% até o dia 26, mas devem fechar o mês um pouco melhores.

- Vimos um movimento claramente de pânico em agosto. E isso significa Bolsa em baixa e **dólar** em alta. O euro também se valorizou, apesar de na Europa termos visto toda a pressão sobre os títulos da Espanha e Itália - afirma Mauro Schneider, economista-chefe da corretora Banif.

No câmbio, além do pânico nos **mercados**, a alta de agosto está ligada ao "pedágio" que o governo passou a cobrar de investidores no **mercado** futuro. Eles passaram a pagar 1% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) quando suas operações líquidas vendidas (apostas na queda do **dólar**) superam US\$10 milhões.

- Os fundos cambiais ganham apenas quando o **dólar** se valoriza. E a tendência do **dólar** segue de desvalorização, apesar do repique que teve em agosto. É uma aplicação muito volátil. É preciso ter cuidado. Tanto que esses fundos ainda tem perdas acumuladas no ano e em 12 meses - afirma Gilberto Braga, professor de finanças do Ibmecc/Rio.

E num mês de reversão nas expectativas sobre os juros básicos da economia, a renda fixa (prefixada) seguiu como uma das melhores aplicações. Esses fundos renderam 1,09% até o dia 26, um excelente retorno. Os fundos DI (pós-fixados, acompanhando a Selic) renderam 0,95% em agosto, também uma boa remuneração.

O administrador de investimentos Fabio Colombo lembra, contudo, que os ganhos com essas aplicações dependem da taxa de administração cobrada por cada fundo, o que pode corroer parte dos ganhos.

- Tanto que a poupança está interessante para quem não tem acesso a fundos DI ou de renda fixa com taxas de administração inferiores a 3% a 3,5% ao ano - afirma Colombo.

Bovespa sobe 2% e **dólar** sobe 0,25%, a R\$1,593

Já os fundos multimercados multiestratégia (que podem investir em diferentes ativos, como ações, moedas e juros) registraram mais uma vez um fraco rendimento, de 0,64% no mês. Esse ganho relativamente baixo foi praticamente todo corroído pela inflação, que acelerou para 0,44% pelo IGP-M em agosto. No ano, o desempenho dos gestores permanece fraco: 4,43%.

Ontem, o Ibovespa avançou 2%, aos 56.495 pontos, embalado por pedidos das indústrias americanas - que subiram 2,4% em julho, o maior nível em quatro meses - e expectativa de novas medidas de estímulo nos EUA. Também ajudou a perspectiva de redução dos juros no Brasil. O **dólar** comercial avançou 0,25%, a R\$1,593, e teve a maior alta mensal (2,51%) desde maio de 2010.

- O tamanho da queda do início de agosto não teve fundamentos - avaliou Georges Catalão, gestor da Lecca Investimentos.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma quer taxa de juros real entre 2% e 3%		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Meta é compatível com padrão internacional. Percentual atualmente é de 6,5%, mais que o dobro do desejado

Martha Beck

BRASÍLIA. A defesa enfática que a presidente Dilma Rousseff tem feito da redução dos juros no país faz parte de um plano para atingir uma taxa de juros real (descontada a inflação) entre 2% e 3% até o fim de 2014. Essa é uma das marcas que a presidente quer deixar em seu governo. Para Dilma, juros mais baixos significam mais investimentos, crescimento econômico, redução no custo da dívida pública, além de uma ajuda importante para reduzir os impactos da desvalorização do dólar.

Segundo técnicos do governo, não existe uma meta fixada para a taxa real de juros, que está hoje em torno de 6,5%. No entanto, a avaliação é de que o Brasil tem condições de atingir um patamar compatível com o padrão internacional.

Selic teria que ficar entre 6,59% e 7,63%

Cálculos do economista Gilberto Braga indicam que, para ter juros reais de 2% ao ano, com uma inflação acumulada de 4,50% em 12 meses (a meta fixada pelo governo até 2013), seria necessária uma taxa básica de juros, a Selic, de 6,59%. Para 3% reais, a Selic precisaria ser de 7,63% ao ano. Ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic para 12% ao ano.

Um ranking preparado pela corretora Cruzeiro do Sul com 40 economias mostra que os juros reais no Brasil estão muito acima dos demais países. No Chile, por exemplo, a taxa é de 1,5% e na Austrália, de 1,4%. Na China, é de 1%.

Dentro da estratégia pró-juros reais menores está a mudança do mix entre política fiscal e política monetária para combater a inflação e estimular a economia. Do lado fiscal, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem dito que é preciso agora é mostrar austeridade. Por isso a ideia é trabalhar para aprovar no Congresso a limitação dos gastos da União com funcionalismo e a criação do fundo de previdência dos servidores.

Para abrir o caminho na nova estratégia, a presidente também quer começar a tratar de entraves que hoje prejudicam a queda dos juros. Entre eles está a desindexação da caderneta de poupança. Na gaveta do ministro Mantega repousa uma proposta que pode ser enviada ao Congresso quando a presidente quiser e que modifica a remuneração da caderneta, fixada hoje em TR (Taxa Referencial) mais 6%. Em 2009, quando os juros estavam em 10,25% ao ano, com possibilidade de baixarem para um dígito, o governo ficou preocupado e apresentou uma proposta emergencial que previa a cobrança de Imposto de Renda (IR) para depósitos acima de R\$50 mil. O temor era de que, num cenário de juros baixos, os investidores deixassem fundos de renda fixa para pôr seu dinheiro numa remuneração garantida, o que poderia provocar um desequilíbrio no mercado.

A ideia provocou alvoroço e a equipe econômica foi acusada de tentar prejudicar os pequenos poupadores. Com a volta das pressões inflacionárias e da alta de juros, o assunto acabou sendo deixado de lado.

Também faz parte da estratégia de Dilma a decisão do Ministério da Fazenda de aceitar negociar com estados e municípios uma mudança nos indexadores de dívidas. Os contratos hoje são corrigidos por índices de inflação elevados e que podem gerar desequilíbrios futuros. Os indexadores - IGP-DI mais um percentual que varia de 6% e 9% - encareceram os débitos de tal forma que alguns deles triplicaram e já geraram um passivo bilionário, que terá que ser honrado no fim dos contratos.

Além disso, a presidente quer que o Tesouro Nacional reduza a participação de títulos corrigidos pela Taxa Selic na dívida pública, que hoje chega a quase 33% do total. Isso significa que flutuações nos juros impactam os custos que o governo tem com esse estoque.

COLABOROU Bruno Villas Bôas

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Estagnação na indústria continua no 2º semestre		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Produção cresceu só 0,5% em julho, após queda de 1,2% em junho. No ano, alta é de 2,9%

Mariana Durão

A **produção** industrial brasileira continuará estagnada no segundo semestre. O crescimento de 0,5% em julho ante o mês anterior, divulgado ontem pelo IBGE, não recuperou a perda de junho (-1,2%). Fatores como o alto nível de estoques, mais folga na capacidade instalada da indústria, queda da confiança e piora da economia global apontam para um desempenho ainda mais fraco do setor nos próximos meses. Como na crise de 2008, a indústria deve ter sido o maior freio no desempenho do Produto Interno Bruto (conjunto de bens e serviços produzidos no país) no segundo trimestre, número que será divulgado amanhã pelo IBGE. As projeções para o ano estão entre 1,4% a 2,5% , bem abaixo dos 10,5% de 2010.

De acordo com o IBGE, a atividade fabril recuou 0,3% frente a julho de 2010, após dois meses de resultados positivos. Com expansões cada vez menores desde outubro passado, a taxa acumulada em 12 meses retrata bem a desaceleração do setor: caiu a 2,9%, a menor desde abril de 2010. Em outubro, ficara em 11,8%. De janeiro a julho, a **produção** teve alta de 1,4%.

- A indústria está 2% abaixo do patamar mais elevado de **produção** da série histórica, atingido em março. O menor dinamismo tem relação com o aumento das **importações**, paralisações em alguns setores e efeito de medidas restritivas do governo (ao crédito) no fim do ano passado - explica André Macedo, gerente da pesquisa.

Importação reduz

produção de insumos

Na comparação com o mês de junho, a **produção** cresceu em 14 dos 27 setores analisados, com destaque para edição e impressão (16,8%) - puxado por compras governamentais de livros - veículos automotores (4,3%), e alimentos (1,9%).

Entre as categorias de uso, apenas a de bens intermediários (insumos para indústria) teve queda no mês (-0,7%), afetada por paradas de **produção** em setores como celulose, refino e químicos. A **produção** de bens de consumo

semi e não duráveis (roupas, alimentos, remédios) expandiu-se 3,8%, a de bens de consumo duráveis (carros, eletrodomésticos) 2,9% e a de bens de capital (máquinas e equipamentos) 1,7%.

Em relatório, o Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi) alertou para o fraco desempenho dos intermediários, categoria de maior peso no setor (mais de 60%). Termômetro das compras feitas na indústria, sua **produção** cresceu apenas 0,6% até julho e 2,6% em 12 meses. O resultado inferior à média da indústria reflete a substituição do insumo nacional pelo **importado**, diz.

Crescimento no ano deve ficar pouco acima de 2%

O economista Thovan Tucakov, da LCA Consultores, reduziu de 3% para 2,5% (podendo reduzir ainda mais) sua projeção para a atividade industrial em 2011. Ele espera um desempenho modesto na segunda metade do ano, baseado no acúmulo indesejado de estoques, queda de confiança e do nível de utilização da capacidade instalada captados pelas últimas sondagens de Fundação Getulio Vargas (FGV) e Confederação Nacional da Indústria (CNI):

- Esse conjunto associado à incerteza na economia gerada pela crise internacional deve levar à redução mais acentuada da **produção**, de contratações e postergação de investimentos - disse Tucakov.

Para os analistas, a participação da indústria na redução da atividade econômica será mais significativa nos últimos meses do ano do que no **PIB** do segundo trimestre.

- Embora os serviços tenham maior peso (67,4%) no **PIB**, a indústria (26,8%) imprimirá a maior contribuição negativa neste semestre - disse Tatiana Pinheiro, economista do Santander.

O banco projeta alta de 0,9% do **PIB** no segundo trimestre, frente aos três primeiros meses do ano, um desempenho ainda forte. No ano, a expectativa é de que o país cresça 3,7%. Para a **produção** industrial, o Santander tem a projeção mais pessimista: crescimento de 1,4%, ante 3% previstos no início do ano.

Para o economista-chefe da Prosper Corretora, Eduardo Velho, a indústria e a economia em geral estão em

uma desaceleração lenta, incapaz de um impacto significativo sobre a inflação. Ele cita o índice de difusão - percentual de atividades com expansão superior a 10% - como exemplo da

redução gradual da atividade: ele saiu de 28,7% em junho, para 24,4% em julho.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Mantega pede a Congresso que espere até 5 de outubro para votar royalties		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Cabral sugere criação de fundo de transição para estados não produtores

Vivian Oswald

Mônica Tavares

BRASÍLIA. O governo pediu ao Congresso Nacional que espere até o dia 5 de outubro para levar à apreciação da Casa o veto do ex-presidente Lula à proposta que divide igualmente os recursos do petróleo entre os estados produtores (Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo) e não produtores. A estratégia é ganhar mais tempo para apresentar uma proposta alternativa que beneficie as unidades da Federação como um todo, sem ter de pagar sozinho esta conta. Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ligou para o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), pedindo o adiamento.

A data inicial era 15 de setembro, mas o líder da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), já tinha conseguido adiá-la ontem mesmo, para o dia 22. A decisão saiu de reunião realizada na Fazenda com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e parlamentares, como o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) e o líder do PMDB na Câmara, Henrique Alves (RN). A meta é realizar duas rodadas de entendimento, uma em 14 de setembro, quando a presidente Dilma Rousseff deve receber líderes do Senado para tratar do tema, e outra no dia 29.

Em audiência pública nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI) do Senado, o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), sugeriu a criação de um fundo de transição que repassaria recursos aos não produtores enquanto a exploração do petróleo na camada do pré-sal não deslancha. A ideia era que este fundo fosse usado entre 2012 e 2016. Para financiá-lo, o governador apresentou cinco diferentes fontes. Juntas, as medidas poderiam render R\$15,9 bilhões em 2012 e R\$27,86 bilhões a partir de 2020.

Correção monetária do barril geraria R\$2 bi

Cabral propôs o reajuste da tabela de cobrança das participações especiais, fixada em decreto presidencial de 1998, quando o barril custava US\$16 - hoje está em US\$100. Medida semelhante já teria sido adotada por Estados Unidos e Reino Unido. O governador ressaltou que apenas a correção monetária das tabelas, sem aumento de alíquotas, poderia gerar receita adicional de R\$2 bilhões em 2012. O valor passaria a R\$4,5 bilhões em 2020. Neste caso, a conta ficaria com as empresas, que recolhem o tributo. Ele lembrou que, hoje, dos 80 campos de petróleo offshore - fora do continente - apenas 14 recolhem a participação especial.

O governador do Rio defendeu a liberação de parte dos royalties da União relativos ao pós-sal destinada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Pela lei, 40% dos royalties da União devem seguir para projetos de desenvolvimento científico de Norte e Nordeste. Mas estes recursos, que chegariam a R\$600 milhões em 2012, estariam sendo contingenciados. Também sugere a distribuição de 50% das participações especiais da União entre estados e municípios não produtores pelos critérios dos Fundos de Participação dos Estados e de Participação dos Municípios, gerando R\$3,2 bilhões em 2012.

Cabral sugere a chamada monetização de campos já descobertos - antecipação dos recursos destas áreas, ainda não exploradas, como aconteceu para a capitalização da Petrobras. Segundo ele, o campo de Libra geraria R\$73 bilhões.

O governador do ES, Renato Casagrande, apoiou as medidas apresentadas por Cabral.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Senado aprova lei que amplia ação dos Correios		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Serviços financeiros e de logística são contemplados

BRASÍLIA. Sem fazer qualquer alteração no texto que saiu da Câmara dos Deputados, o plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão, que amplia a área de atuação dos Correios. Pela nova lei, a ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a estatal passará a executar também serviços postais eletrônicos, financeiros e de logística integrada.

A estatal terá estrutura semelhante à de uma sociedade anônima, além da permissão para adquirir o controle acionário de outras empresas ou participar de seu capital,

podendo inclusive constituir subsidiárias. Um dos objetivos da nova lei é que os Correios possam incorporar companhias aéreas transportadoras.

Segundo o relator do projeto de lei, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o texto não promove a terceirização dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), já que são preservados os vínculos trabalhistas dos empregados. Quanto ao monopólio do serviço postal como atribuição da União, o relator diz que não há ameaça já que seu status é constitucional.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Embaixador da Turquia anuncia interesse de investidores turcos no <u>PIM</u>		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA CGCOM	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

As discussões sobre investimentos no Polo Industrial de Manaus devem avançar no período de 6 a 8 de outubro, quando está prevista a visita da presidenta Dilma Rousseff à Turquia

MANAUS – A Superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso, recebeu nesta terça-feira, 30, o embaixador da Turquia, Ersin Erçin, ocasião em que falou sobre o modelo Zona Franca de Manaus. O embaixador demonstrou interesse em saber mais sobre os incentivos fiscais concedidos às empresas que desejam se instalar no Polo Industrial de Manaus (PIM), uma vez que empresários daquele país têm interesse em estabelecer negócios com o Brasil.

Durante o encontro, Ersin Erçin anunciou a participação de investidores turcos num encontro empresarial, em Brasília, previsto para o mês de novembro, sob a coordenação do ministro Fernando PIMentel, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

As discussões sobre investimentos no Polo Industrial de Manaus devem avançar no período de 6 a 8 de outubro, quando está prevista a visita da presidenta Dilma Rousseff à Turquia. O cônsul honorário da Turquia em Manaus, Atila Yurtsever, será o articulador das negociações e intercâmbios entre o Estado do Amazonas e o país euro-asiático.

Antes de finalizar reunião com a Superintendente da SUFRAMA, o embaixador expressou desejo de que Flávia Grosso fizesse parte da comitiva brasileira ao seu país. Por sua vez, ela o convidou a participar da maior vitrine de oportunidade de negócios da região, a Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011), evento promovido pela SUFRAMA no período de 26 a 29 de outubro próximo, que inclui exposição de produtos, rodadas de negócios, seminários, salão de negócios criativos, entre outras atividades.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO	BC surpreende o <u>mercado</u> e corta taxa básica de juro em 0,5 ponto	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central surpreendeu o mercado e decidiu reduzir a taxa de juros básica Selic em 0,5 ponto percentual, para 12% ao ano. A decisão, porém, não foi unânime. Cinco integrantes votaram pela opção ganhadora, enquanto dois queriam a manutenção da taxa em 12,5%.

"O cenário internacional mudou muito depois da última reunião do Copom, está demolidor e pegou nossa economia em franca desaceleração", disse ao Valor uma fonte do governo. A visão preponderante foi de que a crise nos países centrais terá efeitos sobre a economia brasileira: por um lado, de moderar o crescimento e, por outro, de conter a inflação. E haveria abertura para baixar juro.

Corte de 0,5 ponto no juro põe meta de inflação na berlinda

Por Fernando Travaglini, Lucinda Pinto, Eduardo Campos e Mônica Izaguirre | De São Paulo

Em uma atitude sem precedentes no sistema de metas de inflação brasileiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) surpreendeu até as previsões mais agressivas e decidiu reduzir a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, para 12% ao ano. Sob o argumento de que a crise externa começa a afetar o desempenho da economia doméstica, o Copom interrompeu o ciclo de aperto monetário que vigorava desde o início do ano para iniciar, sem qualquer intervalo, um processo de alívio monetário - atitude também inédita, que vai na contramão do gradualismo que, historicamente, marcou a condução da política monetária no Brasil.

A reunião de ontem também foi uma das longas da história: foram quatro horas de discussão. Por fim, o placar apresentado foi dividido: dois diretores do comitê votaram a favor da manutenção da taxa Selic - confirmando o caráter polêmico da decisão.

O corte de juros definido ontem conseguiu surpreender até o "ousado" mercado financeiro, que tradicionalmente busca apostas alternativas ao consenso, em busca de ganhos potenciais. Nos contratos de juros futuros, as apostas de baixa se concentravam em redução de 0,25 ponto. Ou seja, o

pregão hoje deve ser bastante movimentado, com espaço para ajustes em todos os contratos.

A expectativa é que os vencimentos de curto prazo se ajustem para baixo, captando não só a decisão de ontem, mas, também, colocando no preço a percepção de que a taxa cai, ainda mais, até o fim do ano. Já nos contratos de longo prazo, a tendência é de alta das taxas, em uma atitude típica dos momentos em que o mercado põe em dúvida o compromisso do BC com o cumprimento da meta de inflação. A queda de agora, que surpreendeu, aumenta a incerteza quanto ao comportamento da inflação no futuro. Se o quadro que se espera é de incerteza, o mercado pede mais prêmio para emprestar dinheiro.

No comunicado divulgado após a reunião, o Banco Central mostrou que acredita em um cenário externo muito mais difícil do que o imaginado anteriormente, com possibilidade de uma recessão global ou de um duplo mergulho. Na avaliação do economista do Santander, Cristiano Souza, a autoridade monetária sinalizou um pessimismo maior até do que o previsto pelo mercado. "Esperávamos que o corte da Selic acontecesse mais para frente, em novembro. O BC está com um cenário mais pessimista que o nosso e talvez que o mercado inteiro", disse Souza.

Souza não vê um momento tão ruim para o mundo, mas só uma visão extremamente pessimista do BC justificaria um movimento tão brusco na taxa. Souza lembra que os efeitos da política monetária têm um atraso de seis a nove meses sobre a atividade. Assim, o BC estaria prevendo que os efeitos da crise internacional poderiam atingir a atividade doméstica no mesmo momento em que os efeitos da alta de 1,75 ponto percentual do primeiro semestre estariam com mais intensos, diz Souza.

Para o ex-diretor do BC e atual estrategista da Tandem Global Partners, Paulo Viera da Cunha, a opção do Copom foi "precipitada" e tornará o esforço da autoridade monetária para colocara inflação na trajetória da meta ainda mais difícil. "Essa decisão é um equívoco. O lado real da economia está desacelerando, mas não acredito que esse impulso monetário vá ajudar", afirma, lembrando que o

crédito ainda aquecido, o reajuste do salário mínimo previsto para 2012 e a expansão fiscal devem continuar alimentando a inflação. "Acho que a situação da inflação no início de 2012 vai se complicar ainda mais", afirma. Viera da Cunha observa que há uma clara preocupação do BC com a transmissão da fraqueza da atividade global, mas que essa postura é "exagerada". "O presidente do Fed, Ben Bernanke, já afirmou que o cenário da atividade americana é fraco, mas não é nada fora do previsto, nada que justifique mais estímulos monetários", observa. "O nosso BC foi precipitado. Está fazendo uma aposta de que a retração da economia vai ajudar a derrubar a inflação, mas essa é uma aposta difícil. A probabilidade não está do lado deles", afirmou.

Para o estrategista do Banco Nomura, Tony Volpon, ao decidir cortar a taxa de juros em 0,5 ponto, o Copom mostrou ter cedido a pressões políticas e, com isso, "jogou a meta de inflação para o espaço". "Agora, a perspectiva de a inflação convergir para a meta ficou para 2013, ou sabe Deus quando", afirmou. Para ele, os argumentos usados pelo comunicado do Copom, divulgado após a reunião, mostram que o BC está trabalhando com um cenário parecido com o de 2008 - quando a crise financeira fez a liquidez global "secar" e impôs ações de alívio monetário e fiscal pelos governos.

Mas, em sua avaliação, o mundo não vive uma situação sequer parecida com a assistida naquele momento. "As commodities não estão caindo, as bolsas estão se recuperando, enfim, não há uma crise como a de 2008", afirma.

Para Inês Filipa, economista-chefe da corretora Icap, a decisão, além de surpreendente, foi equivocada. "Não acho que o cenário externo vai ser tão desafiador e desinflacionário, a não ser que tenhamos uma piora da crise, que não é o meu cenário principal", disse. "A decisão foi um equívoco. As expectativas devem piorar. Não sei o que esperar da próxima reunião, pois não há histórico para que eu possa comparar", disse.

Em 2008, continua Filipa, a queda ocorreu após a queda do Lehman Brothers, que levou a uma forte desaceleração da economia brasileira, agravada por problemas com derivativos cambiais. "Hoje não há um cenário internacional tão ruim que impacte o Brasil tão fortemente e que contribua para trazer a inflação à meta", disse.

A conclusão da economista é que o BC hoje olha apenas para o crescimento da economia. "Ele diz que tem que trabalhar com regime de metas, mas o foco parece ser o PIB", completa Filipa.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO <u>Exportação e importação</u> batem recorde		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Exportações e importações bateram recorde em agosto. O resultado será anunciado hoje pelo Ministério do Desenvolvimento, mas especialistas esperam que o governo confirme vendas ao exterior em torno de US\$ 26 bilhões e compras acima de US\$ 22 bilhões no mês passado.

Outro recorde deve ser batido no ano. O total de importações e exportações, a corrente de comércio do país, vai chegar perto de meio trilhão de dólares, prevê o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (Abece), Ivan Ramalho, ex-secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento. O ministro Fernando PIMtel disse ao Valor que pretende anunciar hoje uma nova revisão da meta de exportações. Em maio, a Pasta já havia revisto o valor de US\$ 228 bilhões para US\$ 245 bilhões. O maior responsável pelo desempenho são os produtos básicos, como soja, petróleo e café.

Para especialistas, corrente comercial chegará perto dos US\$ 500 bi no ano

Por Sergio Leo | De Brasília

O vigoroso aumento nas operações de comércio exterior, em um mês com 23 dias úteis, garantiu para agosto um recorde nas exportações e importações brasileiras, como anunciará hoje o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao divulgar as estatísticas do mês que terminou ontem. Especialistas do setor esperam que o Ministério confirme hoje exportações em torno de US\$ 26 bilhões e importações acima de US\$ 22 bilhões no mês passado. O Brasil deve terminar o ano com superávit de cerca de US\$ 20 bilhões no comércio exterior.

"O total das importações e exportações, a corrente de comércio do Brasil, vai chegar perto de meio trilhão de dólares neste ano", prevê o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (Abece), Ivan Ramalho, ex-secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento. Ramalho, depois de cumprir a quarentena ao deixar o serviço público, hoje representa as principais trading companies brasileiras, responsáveis por cerca de 10% do comércio exterior do país. Ele prevê que as exportações

somarão US\$ 250 bilhões neste ano, e as importações não menos que US\$ 230 bilhões.

O ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMtel, informou que pretende anunciar hoje uma nova revisão na meta de exportações. Em maio, o ministro já havia revisto a meta, de US\$ 228 bilhões para US\$ 245 bilhões. O maior responsável pelo desempenho considerado "excelente" pelos analistas são os produtos básicos, como soja, petróleo e café. Embora venha crescendo a importação de bens de consumo, como automóveis, as compras ainda são puxadas principalmente por petróleo, componentes para a indústria e bens semimanufaturados, usados na produção de indústrias.

Especialistas em comércio exterior no país endossam o otimismo em relação à balança comercial. "O Brasil está tirando proveito da situação internacional. Os preços das commodities vêm subindo como se saíssem do zero", comentou o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior Brasileiro José Augusto de Castro. "Poderíamos tirar melhor proveito se tivéssemos melhor infraestrutura." Ele prevê que as exportações chegarão a US\$ 255,5 bilhões neste ano, superando em mais de US\$ 26 bilhões as importações.

O economista-chefe da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), Fernando Ribeiro, também prevê números recordes, de US\$ 255 bilhões em exportações e US\$ 229 em importações, e lembra que os preços das commodities continuam sustentando os resultados. O índice de preços de exportação de julho alcançou um recorde, diz ele, que espera uma redução suave, nos próximos meses, com a retração econômica mundial. "Já se percebe desaceleração na ponta: a taxa de crescimento é menor, mês a mês."

Se mantidas as médias das três primeiras semanas de julho, as exportações chegarão a US\$ 26,1 bilhões e as importações, a US\$ 22,6 bilhões em agosto. Depois deste mês, os números tendem a baixar gradualmente, preveem os economistas. Tanto Castro quanto Ribeiro notam a influência dos investidores financeiros, em busca de porto seguro, nos preços altos das commodities. Ribeiro lembra, porém, que há bases reais para a elevação de preços, e que só um colapso súbito da economia asiática, que vem liderando a demanda

de commodities, poderia alterar significativamente o quadro de preços encontrado pelos exportadores brasileiros.

"Os preços das commodities ficaram baixos por muito tempo, reduziu-se a oferta, e houve crescimento súbito da demanda", notou o economista. "O crescimento da oferta demora a responder, e esse descompasso levará alguns anos a ser corrigido, a não ser que haja desaceleração muito forte na economia mundial."

Em seu novo posto no setor privado, Ivan Ramalho se diz preocupado com o que considera uma "demonização" das importações. "As vendas da indústria estão crescendo, o país vai alcançar recordes positivos de comércio." Apesar do crescimento nas importações de bens de consumo, os bens intermediários para produção e emprego no país ainda são o que mais pesa na balança, insistiu.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Orçamento prevê superávit de R\$ 139,8 bi em 2012		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Texto enviado ontem ao Congresso estima investimentos de R\$ 165,3 bi no próximo ano. PAC responde por R\$ 42,5 bi desse total. Outros R\$ 106,8 bilhões virão de estatais

Simone Cavalcanti

As incertezas no plano internacional que sugerem uma nova fase de turbulência deixaram o governo brasileiro de sobreaviso.

Na proposta de Orçamento enviada ontem ao Congresso Nacional, o superávit primário - economia a ser feita em 2012 pelas três esferas de poder para pagar parte dos juros da dívida pública - aumentou para R\$ 139,8 bilhões.

Esse esforço na contenção de despesas deve ser uma das marcas da gestão Dilma Rousseff.

No entanto, há maior possibilidade de descontar os investimentos que forem desembolsados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de até R\$ 25,6 bilhões, para fechar a conta federal no final do próximo ano.

Para 2011, a poupança da União, estados e municípios deve chegar a R\$ 127,9 bilhões sem quaisquer descontos. "No ano que vem vamos trabalhar com o objetivo de fazer a meta cheia - sem descontos. Mas é importante ter margem de manobra para garantir, se for necessário, o rumo dos investimentos que precisamos fazer", disse a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior.

A taxa de crescimento da economia pode ser o fiel dessa balança. Na proposta orçamentária, todos os cálculos estão baseados em uma projeção de alta de 5% para o Produto Interno Bruto (**PIB**). Com a atividade mais aquecida, as receitas nas três esferas do governo crescem e, assim como está ocorrendo neste ano, há espaço para poupar mais e ainda seguir com os investimentos. Além disso, todos os indicadores das contas públicas medidos com relação ao produto melhoram, por exemplo, a

despesa com pessoal, a dívida pública e o déficit da previdência. O contrário também é verdadeiro. Se a crise puxar para baixo novamente a atividade econômica mundial, vai respingar no Brasil e, como ocorreu em 2009, o governo será obrigado a recorrer aos descontos para cumprir seus objetivos fiscais.

Assim, o governo orçou um aumento de receitas federais primárias de 12,8%, para R\$ 1,097 trilhão e despesas de R\$ 1,019 trilhão, uma elevação de 15,9% em relação a 2010.

Porém, se os planos da presidente Dilma forem realmente por uma gestão mais fiscalista que seu antecessor, é praticamente certo que, no início de 2012 haverá um novo contingenciamento de gasto. Mas o aperto terá de vir sobre apenas 10,9% do orçamento total, uma vez que o restante é despesa obrigatória, como salários do funcionalismo, manutenção da máquina pública e recursos para os programas dos Ministérios como o de saúde e educação.

No primeiro trimestre deste ano, o governo segurou R\$ 50 bilhões e não os liberou até agora, apesar das pressões dos parlamentares que clamam pelos recursos de suas emendas.

Segundo Miriam, se há previsão de descontos do PAC, pode-se esperar um contingenciamento mínimo do mesmo valor estabelecido no projeto de lei orçamentária.

Investimentos

A projeção é que os investimentos gerais do Governo Federal e suas estatais cheguem a R\$ 165,3 bilhões no próximo ano.

O PAC responde por R\$ 42,5 bilhões desse total.

Outros R\$ 106,8 bilhões serão de empresas governamentais.

Só para a Petrobras, a perspectiva de inversões no país chega a R\$ 77,9 bilhões e no exterior, R\$ 9 bilhões.

A Eletrobras deve aplicar R\$ 10,1 bilhões.

O setor financeiro projeta investir R\$ 4,6 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões do Banco do Brasil e R\$ 1,3 bilhão da Caixa Econômica Federal. No entanto, toda essa previsão dificilmente será alcançada.

Por um lado, historicamente, as estatais têm dificuldades em conseguir investir todo o orçamento. E pelo lado do PAC, segundo a ministra, o país está no início de um novo ciclo do programa, com uma série de obras ainda em fase preparatória. “O desembolso não se dará neste momento, mas até 2014”.

Até novembro, o Executivo pode enviar ao Congresso umarevisão de suas projeções para a conjuntura (de indicadores como PIB, câmbio ou juros).

ORÇAMENTO 2012

R\$ 165,3 BILHÕES

é a previsão de investimentos federais na Lei Orçamentária de 2012.

O montante é 8,3% maior que o disponível neste ano.

Desse total, R\$ 58,5 bilhões vêm do Orçamento Fiscal e da Seguridade e R\$ 106,8 bilhões, do orçamento das estatais

Alguns destaques do projeto de lei entregue pelo governo ao Congresso

R\$ 5,4 TRILHÕES

é a previsão de despesas do projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012-2015, enviado ao Congresso.

O valor é 38% maior que o projeto anterior, que será finalizado este ano (2008-2011)

R\$ 111,3 BILHÕES

foram destinados dentro do Orçamento de 2012 para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Deste montante, R\$ 42,5 bilhões são do orçamento fiscal e R\$ 68,7 bilhões serão aplicados pelas empresas estatais

R\$ 139,8 BILHÕES

é a meta de superávit primário do setor público para 2012.

O valor é cerca de R\$ 9 bilhões maior que a meta de R\$ 128 bilhões prevista para este ano para economia de recursos da União, estados e municípios para pagar os juros da dívida pública

R\$ 13,3 BILHÕES

será o impacto do salário mínimo de 2012 - estabelecido em R\$ 619,21 - nos gastos públicos de 2012.

O Orçamento de 2012 ainda prevê crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% no próximo ano, e inflação de 4,8% pelo IPCA, índice acima do centro da meta oficial de 4,5%

R\$ 610,8 BILHÕES

da proposta de Orçamento entregue ao Congresso são para despesas obrigatórias no próximo ano.

O valor equivale a 13,46% do Produto Interno Bruto (PIB), e é 10,8% maior que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano, que ficou em R\$ 551,2 bilhões

Desafio é conciliar corte e programas sociais

Área social terá R\$ 135,5 bilhões, mais da metade dos recursos livres do Executivo

A intenção de consolidação fiscal que vem sendo expressa em declarações da equipe econômica e da presidente Dilma Rousseff tem de ser conciliada com os programas sociais que são ampliados, inclusive considerando a política de aumento da remuneração do salário mínimo.

Ao menos na proposta orçamentária para 2012, a área social terá disponível R\$ 135,5 bilhões, um pouco mais da metade dos recursos livres que o Executivo tem opção de aplicar onde quiser.

Desse total, as pastas da Educação e da Saúde se destacam com R\$ 33,3 bilhões e R\$ 71,7 bilhões, respectivamente.

O Plano Brasil sem Miséria receberá R\$ 25,7 bilhões, sendo que a maior parte será destinada ao Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 23,5 bilhões).

Embora o país seja a sede das Olimpíadas em 2016, os recursos federais para os esportes ainda são baixos na comparação com outras rubricas, R\$ 1,52 bilhão. Isso

mesmo tendo quase dobrado o volume em relação a esse ano, com dotação orçamentária de R\$ 853 milhões.

PPA

A ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, também divulgou ontem a nova versão do Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA), que traz as metas e objetivos do **Governo Federal** entre 2012 e 2015.

Para cumprir esses planos o governo estima que vá precisar de R\$ 5,4 trilhões, um volume 38% maior do que o do quadriênio anterior.

O novo programa, segundo Belchior, consolida uma visão estratégica para o **desenvolvimento** do país, valorizando a diversidade e a lógica **regional** para a aplicação dos projetos governamentais que, inclusive, fazem parte das promessas de campanha da presidente Dilma. “Mudamos o foco da gestão pública, que antes era para dentro, e agora é para fora. Agora as metas representam o que vai mudar na vida do cidadão”, disse.

Para isso, o número de programas foi reduzido de 217 para 65, concentrando em “guarda-chuvas” ações semelhantes que estavam antes espalhadas em vários **Ministérios**. “Agora haverá apenas um programa para crianças e adolescentes. Vamos enxergar de forma clara e ter ação mais organizada e coesa dentro dessa lógica global”.

S.C.

SALÁRIO

Mínimo será fixado em R\$ 619,21 em 2012

Pelo Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o reajuste a ser aplicado ao salário mínimo será de 13,6% sobre os R\$ 545,00 atuais da remuneração.

Pela política de reajustes em vigor até 2014, o mínimo é reajustado pela variação do **PIB** de dois anos antes, mais a do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior. Assim, em 2013, a estimativa é a de que o mínimo chegue a R\$ 676,18, em 2014, R\$ 741,94 e, no ano seguinte, R\$ 817,97.

A ministra Miriam Belchior afirmou que, da mesma maneira que ocorreu neste ano, os concursos e reajustes salariais do funcionalismo público serão restritos em 2012. “Só em áreas muito localizadas”, disse, exemplificando a reposição de pessoal que está se aposentando ou a

previsão do Plano **Brasil** Maior para aumentar o contingente do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**) na área de defesa comercial.

S.C.

Contenção de gastos deve ser marca registrada da gestão Dilma

Esforço de ajuste fiscal será mais um passo para distanciar governo atual do modelo adotado por **Lula**

Fabiana Parajara

Mais do que reduzir juros, a contenção de gastos públicos que a União está promovendo pode virar a marca registrada do governo Dilma Rousseff.

Depois de anunciar um novo esforço de ajuste fiscal, de R\$ 10 bilhões para este ano, o Orçamento de 2012, apresentado ontem ao Congresso, prevê superávit primário de R\$ 139,8 bilhões.

O valor está acima da meta para este ano, de quase R\$ 128 bilhões.

Com a crise da dívida soberana dos Estados Unidos e da Europa, a presidente tem argumentos suficientes para vencer a disputa política por aumentos de gastos públicos, como pedem parlamentares da base aliada. “Essa questão do ajuste fiscal tem a ver com o estilo de Dilma, que não é de tanta generosidade com os aliados como Lula”, diz o cientista político Rubens Figueiredo, diretor do Centro de Pesquisas e Análises de Comunicação (Cepac). “Com as dificuldades enfrentadas por países do G20, a presidente ganha força. E não se trata de austeridade fiscal por si só, mas de uma política econômica do governo. Como Dilma domina os fundamentos da economia, o país deixa de ter uma política do Banco Central ou da Fazenda para ter um projeto de governo na área”, diz o economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Segundo Figueiredo, o indicativo de que o governo vai insistir na contenção de gastos é positivo para o país e também mais um passo no sentido de marcar uma diferença em relação à gestão do ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva. “Ela já agiu de forma diferente em relação às denúncias de corrupção e em relação às demandas dos partidos aliados. É difícil para uma presidente que era

desconhecida dos eleitores há um ano e meio dar uma cara própria ao governo rapidamente, mas Dilma está conseguindo”, diz o cientista político.

O contexto econômico colabora com este propósito. “Fazer um ajuste durante um momento de crise, com desemprego e queda de salário é difícil. É o que ocorre com os países desenvolvidos hoje.

A situação do Brasil é propícia para essas mudanças, porque são pequenos ajustes que precisamos fazer com resultados muito positivos no futuro”, diz Lacerda. “Temos uma condição fiscal e de dívida líquida em relação ao PIB muito melhor que a do G20. Pagamos R\$ 225 bilhões de juros nos últimos 12 meses, o que é uma contradição diante da melhora dos fundamentos econômicos”.

Para Lacerda, o desafio do governo agora é exatamente passar para a população uma mensagem clara de que a contenção não vai gerar efeitos colaterais como o desemprego ou cortes de investimentos. “Nem tudo o que é bom para o país é bom para o governo, isso vale para ajustes ou para redução de impostos, outra necessidade do Brasil, mas a presidente está sabendo lidar com isso”, diz Figueiredo. Para o cientista político, a avaliação do Governo Federal já caiu nas últimas medições e deve cair mais. “Primeiro, a queda ocorreu pelas denúncias de corrupção. Como a economia ainda vai piorar um pouco, em decorrência do cenário externo, a tendência é cair mais”.

No último levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o Ibope, no mês passado, 48% dos entrevistados consideraram o governo Dilma ótimo/ bom. Para 36%, a avaliação é regular e 12% consideram péssimo. Em março, 56% dos entrevistados disseram que o governo era ótimo/bom. “A situação pode mudar se ela conseguir aprovar leis importantes para o país e manter os investimentos”, afirma Figueiredo. “O desafio é encontrar um meio de governar dentro deste cenário político conturbado”, diz, referindo-se às ameaças de retaliação dos próprios aliados.

Corte no Minha Casa, Minha Vida fortalece o arsenal da oposição

Governistas dizem que redução é pontual, mas DEM, PSDB e PPS veem enfraquecimento de discurso no governo

Pedro Venceslau

A oposição comemorou ontem o anúncio de redução dos recursos destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida no Projeto de Lei Orçamentária de 2012.

Uma das principais vitrines da gestão petista no Palácio do Planalto, o programa perdeu R\$ 1,7 bilhão no orçamento para 2012, em relação à verba prevista para este ano.

Em uníssono, parlamentares do DEM, PSDB e PPS reconhecem que o valor é pequeno diante da dimensão do projeto, mas a opção de inclui-lo na linha de corte tem um peso simbólico que compromete o discurso oficial. “A presidente Dilma está fazendo o oposto do que prometeu ao cortar gastos com programas sociais. Ela devia era reduzir gastos com custeio da máquina”, disse o senador José Agripino (DEM-PI), presidente nacional dos Democratas.

Na mesma linha, o deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) defende que o Planalto corte outros tipos de gordura. “Reduzir o orçamento do Minha Casa, Minha Vida é péssimo. Deviam cortar publicidade e cargos de confiança em vez de penalizar a população”, diz.

Segundo o tucano, o programa é “um pólo indutor da construção civil” e tem “excelente capacidade de absolver mão de obra”.

Já a base governista tratou de minimizar o corte e responsabilizar o cenário internacional. “Esse é um orçamento de período de crise.

De qualquer forma, não vejo problemas. O Minha Casa, Minha Vida vai indo muito bem. O gargalo ali é outro”, afirma o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP). “O problema é a burocracia. O fato é que nem o atual orçamento do programa está sendo executado”.

Essa tese é compartilhada pelo empresário Juan Quirós, presidente do Grupo Advento, holding especializada em segmentos como o de engenharia, infraestrutura e construção civil, e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Mesmo que o orçamento do Minha Casa, Minha Vida não

tivesse sido cortado, seria um grande desafio executá-lo em 2012”.

O executivo explica que os gestores do programa estão enfrentando obstáculos de outra natureza. “Existem restrições de mão de obra.

Além disso, os terrenos estão mais caros e longe dos centros, o que exige mais infraestrutura. Mesmo reduzido, o valor alocado para o programa em 2012 não será 100% gasto”.

É consenso, entretanto, que outro corte anunciado ontem - de R\$ 1 bilhão nos investimentos da Petrobrás - não deve comprometer o desempenho da estatal. “É um corte para inglês ver. O ano de 2012 é eleitoral e político não comete suicídio”, diz o economista Antonio Carlos Alves, coordenador do curso de economia e comércio exterior da PUC-SP.

Quirós também não acredita que a Petrobras terá maiores problemas com a redução. “Tirar R\$ 1 bilhão de um orçamento de R\$ 70 bilhões não é muito. É um percentual pequeno”. O anúncio do valor do salário mínimo para o ano que vem - de R\$ 619,21 - o que preocupa o

economista Guilherme Dietze, da Fecomercio. “A indexação é perigosa devido às flutuações da economia. Mas acredito que a presidente Dilma fez um reajuste necessário para evitar um ajuste pior no futuro”.

Já a CUT (Central Única dos Trabalhadores) aproveitou a ocasião para reforçar uma crítica recorrente. “O governo precisa avançar na experiência do orçamento participativo, que é uma ideia que nasceu no próprio PT. Também não concordamos com a meta de superávit. O momento é de investir em políticas públicas e sociais”, diz Arthur Henrique, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).